

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.001117/2025-42

2. Objeto

2.1 Trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de **vigilância desarmada de arma letal**, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de trabalhadores das categorias de **vigilante e supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços e bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado nos termos do Art. 14 da Instrução Normativa nº 05, de 2017.

2.3 Os serviços são de natureza continuada, haja vista que são serviços necessários à Administração na execução das suas atribuições, que se interrompida pode comprometer a sua funcionalidade, cuja contratação deva se estender por mais de exercício financeiro, portanto são serviços caracterizados como permanentes, ininterruptos e essenciais à Instituição.

- (CBO 5103-10) - **Vigilante Supervisor**
- (CBO 5103-10) - **Vigilante -Diurno e Noturno 12/36 hs**
- (CBO 5103-10) - **Vigilante Diurno 44 hs**

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

4. Descrição da necessidade

4.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de **vigilância desarmada de arma letal**, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de trabalhadores das categorias de **vigilante e supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste ETP, é justificada pelas seguintes condições:

4.2 Trata-se de serviço essencial para a administração, com vista a promover a vigilância do patrimônio público (imóvel, instalações físicas internas, equipamentos e acervo documental) e a integridade do servidor e do público em geral, sendo caracterizado como "serviço continuado", de acordo com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 /05/2017;

4.3 O Contrato atual, nº **18/2024-MME**, processo nº 48340.003835/2023-91 será interrompido devido ao **descumprimento de cláusulas contratuais** por parte da empresa **EURO SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, bem

como pelo **atraso no pagamento dos direitos trabalhistas de seus funcionários**. Diante dessa situação, tornou-se necessária a **quitação direta dos valores pelo Ministério desde Novembro/2024**, a fim de garantir que os trabalhadores recebam seus devidos direitos.

4.4 Para evitar a descontinuidade na prestação de serviços, que são **essenciais para o funcionamento do prédio**, será necessária a realização de um **novo procedimento licitatório** para a contratação de empresas que atendem às obrigações contratuais.

4.5 Atualmente os serviços são realizados por vigilantes terceirizados e por servidores (agentes de vigilância), remanescentes do quadro ativo do Ministério, lotados no período noturno, sendo que esse quadro está sendo diminuído paulatinamente com a aposentadoria dos servidores, o que acarreta a extinção do cargo, por força da Lei nº 9.632 de 7 de maio de 1998.

Art 7º, § 1º da IN Nº 5/2017 - SEGES/MP, a *Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632 de 7 de maio de 1998.*

“As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes do Anexo desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.”

4.6 Desta forma, em face da extinção do cargo desses servidores, a contratação ora em tela, não pode deixar de existir.

4.7 Além de que, com a reativação do restaurante em área reformada contígua a garagem irá exigir mais 1(um) posto de segurança, afim de exercer a função de vigilância naquele local, para evitar que clientes externos (servidores de outros órgãos ou mesmo do público em geral) possam adentrar na edificação pela porta de entrada interna ao restaurante situada na parede comum que limita com a garagem.

Objeto da contratação

4.8. A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico do MME de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicas, relacionada aos processos de suporte as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, mais precisamente no pilar relativo as pessoas, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico 2024/2027 a seguir:



5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza e Classificação do Objeto

5.1 Trata-se de serviços de natureza continuada, nos termos do inciso XIII do art. 13 da Lei nº 14.133/2021, visto que são serviços necessários para o desempenho das atribuições deste ministério, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, atividades estas que estão voltadas ao funcionamento das rotinas administrativas do Órgão

5.2 Nesse sentido, a Instrução Normativa do MPDG/SEGES nº 05/2017 (atualizada pela IN 40/20), que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, explica:

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

5.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018 constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.4 Ressalta-se que prestação do serviço pretendida não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5.5 O objeto em questão enquadra-se como atividade de custeio, nos termos do inciso II, do art. 2º da PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022, que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que trata dos limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

5.6 Dessa forma, será submetido à aprovação do Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, conforme PORTARIA No 10, DE 8 DE JANEIRO DE 2020, que delega competências a esta autoridade para celebração de contratos administrativos, com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

5.7 Por fim, conforme Art. 9º, parágrafo único da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal do órgão no cumprimento de sua missão institucional.

Dos requisitos da contratação

5.8 Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços Vigilante Desarmada deve considerar os seguintes requisitos básicos, que serão depurados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e/ou refletidos nas exigências do Termo de Referência:

5.8.1 contratação de empresa especializada e com experiência comprovada e devidamente credenciada, ao tempo da contratação;

5.8.2 desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços nas dependências dos Órgão;

5.8.3 exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e/ou previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 (noventa) dias após o seu encerramento;

5.8.4 depósito pela contratada, em periodicidade mensal, de parte dos valores mensais correspondentes às férias, décimo-terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta de depósito vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na INSEGES nº 5/2017;

5.8.5 vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

5.8.6 estabelecimento de indicadores de desempenho para medição dos resultados da empresa contratada na execução do serviço; e

5.8.7 quantificação de empregados terceirizados necessários para o desenvolvimento dos serviços a serem licitados estabelecida pelos órgãos e entidades contratantes.

Demais requisitos

5.9 A empresa a ser contratada para a prestação dos serviços deverá ser especializada e com experiência comprovada, conforme abaixo:

5.10 **Comprovação** que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de **3 (três)** anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

5.11. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

A justificativa para a exigência:

5.12. Em 2022, o Ministério de Minas e Energia realizou dois pregões eletrônicos para a contratação de serviços de vigilância desarmada (Pregão Eletrônico nº 4/2022 e Pregão Eletrônico nº 16/2022 - UASG 320004).

5.13 As contratações anteriores resultaram em fracasso, pois as empresas contratadas desistiram dos contratos, alegando resultados financeiros negativos e descumprimento de cláusulas contratuais. Essa situação gerou prejuízos ao órgão, que precisou abrir novos processos de contratação em curtos intervalos de tempo.

5.14. Diante da decisão da empresa contratada de não dar continuidade ao contrato em 2023, o Ministério de Minas e Energia (MME) teve que realizar um novo processo licitatório. No entanto, a mesma empresa venceu a licitação novamente. Apesar disso, desde novembro de 2024, a empresa não tem efetuado o pagamento dos funcionários terceirizados, gerando impactos negativos tanto para os trabalhadores quanto para a prestação dos serviços. Essa situação reforça a necessidade de medidas mais rigorosas na seleção e fiscalização das empresas contratadas, a fim de garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e a continuidade adequada dos serviços prestados.

5.15. Diante desse cenário, visando a continuidade e eficiência do serviço público, ficou evidente a necessidade de reforçar as exigências quanto à comprovação de experiência anterior. Essa decisão está respaldada pela margem de discricionariedade da administração pública, desde que dentro dos limites legais.

5.16. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.17. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, três anos do início de sua execução.

5.18. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços **executados de forma concomitante**, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.19. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Prova de Atendimento aos Requisitos Legais na Habilitação da Licitante com Proposta Mais Vantajosa:

5.20. Autorização ou revisão de autorização para funcionamento no Distrito Federal, expedida pela Comissão Executiva para assuntos de Vigilância e Transporte de Valores, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/06/83 e o Decreto nº 89.056, de 24/11/83, Portaria nº 3.233/2012 - DPF/MJ de 10.12.2012 e PORTARIA Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

5.21. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme estabelece o Inciso II do artigo 14 da Lei nº 7.102, de 20.06.83.

5.22. Autorização para compra de arma não letal, expedida mediante alvará concedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, devidamente publicado na imprensa oficial, conforme Portaria nº 515/2007 do Departamento de Polícia Federal.

5.23. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar **atestado de vistoria** assinado pelo servidor responsável.

5.24. O **atestado de vistoria** poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5.25 Que a empresa Contratada disponibilize empregados para execução dos serviços que atenda suas respectivas atribuições e requisitos, no mínimo com as seguintes disposições:

5.25.1 Ter idade mínima de 21 anos;

5.25.2 Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

5.25.3 Ter instrução correspondente ao quinto ano do ensino fundamental, conforme Portaria nº 18.045/2023-DGDPF.

5.25.4 Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

5.25.5 Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

5.25.6 Apresentar certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição dos setores de distribuição do foro criminal da justiça federal do Distrito Federal;

5.25.7 Comprovação de não ter antecedentes criminais na Polícia Federal e da Polícia do Distrito Federal.

5.26. Que o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços sejam executadas nas dependências atuais do órgão ou em outro imóvel a vir a ser ocupado pelo Contratante.

5.27. Que a **exigência de garantia de execução contratual**, contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de **natureza trabalhista e previdenciária** pela empresa Contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento, conforme estipula a IN SEGES/MPDG nº 5 /2017.

5.28. Que o pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa Contratada, correspondente às **férias, 1/3 de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias** dos empregados alocados na execução dos serviços, seja depositado em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização do Órgão, conforme disciplina a IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.29. Que a participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003, **seja vedada**;

5.30. Que a cotação de preços para a execução dos serviços, nas respectivas Planilhas de Custos e Formação de Preços de mão de obra, observe os pisos salariais das respectivas categorias, fixados na Convenção Coletiva de Trabalho.

5.31 Observância a/ao:

5.31.1 Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

5.31.2 Lei 7.102 de 20 de junho de 1983 – que rege a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;

5.31.3 Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983 – regulamenta a Lei 7.102/83;

5.31.4 Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.31.5 Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

5.31.6 Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

5.31.7 Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023:

*Para cumprimento do Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual **mínimo de 8% (oito) por cento** das vagas de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a contratada:*

*- **deverá reservar 2(duas) vagas** de Postos de Trabalhos a serem preenchidas mediante indicação do Ministério da Mulheres ou pela Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal ou instituição equivalente, desde que atendam os requisitos dispostos neste ETPC.*

5.32. Que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

Lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012 (Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas, e revoga a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985).

Vigência Inicial do Contrato:

5.33. A duração inicial do contrato será de **36 (sessenta) meses**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Garantia de execução

5.34 Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento), em vista do expressivo valor estimado do contrato de 36 (trinta e seis) meses de **R\$ 9.702.489,60 (nove milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)** nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

Conta Vinculada

5.35. Registra-se que será adotada a sistemática da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação como mecanismo de controle interno para prevenir os possíveis riscos de descumprimentos das obrigações trabalhistas e verbas rescisórias dos trabalhadores por parte da contratada.

5.36. A utilização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação é ferramenta já institucionalizada e sedimentada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica do gestor e dos fiscais de contrato. Ou seja, trata-se de ferramenta bem internalizada e utilizada, como regra, nas contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra realizadas pelos Órgãos da Administração Pública Federal, inclusive por este ministério

5.37 O Pagamento pelo Fato Gerador, por sua vez, só passou a ser adotado pela Administração Pública Federal com o advento do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, no ano de 2018. Assim, as equipes que atuam na fiscalização administrativa dos contratos, tendo em vista a quantidade de servidores, continuam em processo de qualificação, para agregar os conhecimentos requeridos para as atividades exigidas para a metodologia do pagamento pelo fato gerador, que demanda um grau maior de controle por parte da fiscalização em razão da necessidade de uma análise sistemática e individualizada das ocorrências de eventos futuros e incertos registrados em cada um dos postos de trabalho por período de faturamento. Nesse sentido, percebe-se que existem vantagens operacionais para a utilização da Conta Vinculada.

5.38. Assim, pelas razões ora consignadas, conclui-se que, na contratação dos serviços objeto da contratação, a Conta Vinculada é a opção que apresenta o melhor custo-benefício como mecanismo de controle do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada.

5.39 É obrigatório que o Gerenciamento de Riscos contemple mecanismo de controle interno para tratar o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, por meio da adoção da Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para movimentação, conforme a opção constante do Termo de Referência, o que deverá ser providenciado na espécie.

5.40. Participação de consórcio, cooperativas, organizações sociais, instituições sem fins lucrativos, empresários individuais e pessoas físicas

5.41. Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

5.42. Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

5.43 Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

5.44. Deve ser admitida a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta contratação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

5.45. Não deve ser permitida a participação de pessoas físicas, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme requisitos estabelecidos no tópico 4 destes Estudos Técnicos Preliminares.

5.46 Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

5.47. A contratação está inicialmente estimada no valor aproximado de **R\$ 9.702.489,60 (nove milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)**. Considerando que o valor está acima do limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a contratação não deve ser destinada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.48 Resta ainda avaliar o disposto no inciso II do art. 48 da mesma Lei Complementar, de que a Administração pode exigir a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte no caso de serviços., entretanto levando-se em consideração o que consta no item 2, das disposições contratuais obrigatórias, não se revela prudente exigir a subcontratação, razão pela qual tal exigência não deve ser adotada no presente caso.

5.49. Participação de empresas que gozam do benefício fiscal da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração da folha de pagamentos)

5.50. Deverão comprovar atividade principal enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, conforme inciso IV, do art. 7º da Lei 12.546/2011:

5.51. enviar documentos que comprovem as atividades que efetivamente são exercidas em seu estabelecimento e compatíveis com o objeto social constante do respectivo ato registrado no Órgão de Registro, aquelas que geram maior receita.

5.52. enviar documentos que comprovem o direito de optar pela desoneração da folha de pagamento, com informações tributárias encaminhadas para a Receita Federal do Brasil (RFB), a exemplo da DCTFWEB, EFD ou DAREF, de pagamento da contribuição previdenciária.

5.53. Apresentar relação de contratos, com a descrição dos respectivos objetos, detalhando o faturamento mensal /anual relativos à atividade principal da empresa.

5.54. Tal exigência justifica-se, pois:

5.55. Para a parte da receita bruta gerada por atividades desoneradas (previstas nos arts. 7º e 8º da Lei 12.546/2011) → A empresa pagará a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, conforme as regras da desoneração.

5.56. Para a parte da receita bruta gerada por outras atividades (não desoneradas) → A empresa pagará a contribuição previdenciária com base na folha de pagamento, **mas de forma proporcional**.

5.57. Ou seja, o percentual da contribuição sobre a folha será **reduzido** proporcionalmente à participação da receita bruta dessas atividades não desoneradas no faturamento total da empresa.

5.58. A ausência de tais documentos deverá resultar na desclassificação da empresa.

*"O atendimento à legislação tributária no tocante ao enquadramento de pessoa jurídica no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, nos termos da Lei 12.546/2011, **não impõe vantagem indevida** - e, portanto, não viola o princípio da isonomia - em licitação pública desde que haja compatibilidade entre os serviços licitados e os constantes do cadastro de atividades econômicas do proponente" (ACÓRDÃO 437/2020 - PLENÁRIO TCU).*

5.59. Essa regra é importante porque impede que empresas que realizam atividades diversas usem **indevidamente o benefício da desoneração para toda a sua receita**, o que geraria uma vantagem indevida e distorções tributárias.

Forma de seleção do fornecedor

5.60. A contratação deve ser realizada por **licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**, que é a forma comumente adotada para a realização da contratação de objetos da mesma natureza pela Administração Pública.

5.61. O **modo de disputa deverá ser o aberto/fechado**, tendo em vista a natureza da contratação, a justificativa da escolha do modo de disputa combinado aberto e fechado em decorrência das razões abaixo elencadas:

5.62. Ampla Competição Inicial: A primeira fase aberta de 15 minutos permite que os licitantes enviem lances iniciais, criando uma base competitiva que reflete a oferta mais vantajosa naquele momento.

5.63. Elemento Surpresa: A segunda fase aberta aleatória, que pode encerrar o item/lote a qualquer momento de 0 a 10 minutos, introduz um elemento de surpresa, incentivando os licitantes a considerarem suas estratégias de lances com cautela e agilidade.

5.64. Fechamento Focado na Vantagem: A fase final fechada de 5 minutos concentra-se nos licitantes que ofereceram as melhores propostas, promovendo um ambiente onde os lances finais são disputados entre aqueles que demonstraram o maior interesse e competitividade.

5.65. Redução de Possíveis Conluíus: A restrição da fase fechada aos licitantes com valores superiores em até 10% do menor preço ajuda a evitar conluíus e manipulações de preços, garantindo que apenas os licitantes mais competitivos participem dessa etapa.

5.66 Sigilo e Integridade: O lance final é fechado, que permanece sigiloso até o encerramento, protege a integridade do processo licitatório e garante que os lances sejam feitos com base na real disposição de cada licitante em oferecer o melhor preço.

5.67 Maior Eficiência e Agilidade: O formato combinado agrega elementos de competitividade das fases abertas com a vantagem de uma fase final mais focada, resultando em maior eficiência e agilidade na seleção da proposta mais vantajosa.

5.68. Estímulo à Redução de Custos: Ao criar um ambiente altamente competitivo, esse modo de disputa incentiva os licitantes a ajustarem suas ofertas de forma a proporcionar economia para a Administração Pública.

5.69. Diante das justificativas apresentadas, esta equipe de contratação entende que o modo de disputa combinado “aberto e fechado” é o que melhor otimiza competição, transparência, integridade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a

5.70. Administração, ao mesmo tempo em que se reduz a possibilidade de práticas antiéticas e conluíus. Essa abordagem promove a eficiência do processo e o alcance dos melhores resultados.

Justificativa para a Exigência dos Dois Últimos Exercícios na Qualificação Econômico-Financeira

5.71. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais fundamenta-se na necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira das licitantes, especialmente por tratar-se de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

5.72. Os critérios adotados seguem as diretrizes da IN Seges/MPDG nº 05/2017, Anexo VII-A, cuja aplicação foi autorizada pela IN Seges/ME nº 098/2022, assegurando parâmetros objetivos para a avaliação da solidez financeira das empresas participantes.

5.73 Além disso, considerando que a Administração pode ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas, conforme prevê a Súmula 331 do TST, torna-se essencial verificar a capacidade financeira real das licitantes, minimizando riscos de descumprimento contratual e garantindo a continuidade dos serviços.

5.74. A exigência de dois exercícios permite um diagnóstico mais preciso, evitando que empresas com desequilíbrio financeiro recente ocultem sua real situação com base em um único período contábil.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Postos de Serviço					
Item	Categoria	Qdade	Localização	Justificativa	Qdade de funcionários
1	Supervisor, turno diurno , desarmado de arma letal, com jornada de trabalho de 44 hs semanais - CBO 5103-10	01	Sala da Segurança e Sala de Monitoramento (1 posto) Térreo	Necessário para supervisionar os Postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa, e Sala de Monitoramento de Vigilância Eletrônica e demais atribuições relacionadas neste TR, com jornada compreendida no período de 8 às 18:00 hs.	1 (diariamente)
2	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)	08	Portaria Principal (2 postos) Térreo	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	4 (dois/dia alternado)
			Portaria Privativa Térreo (2 postos)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	4 (dois/dia alternado)
			Guarita Externa na Entrada /Saída da Garagem - rampa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da <u>cancela da rampa</u> de acesso a garagem e via interna de veículos provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e/ou com direção a Via N-2 (eds. Anexos), bem como no sentido inverso, de veículos que deixam a garagem e/ou que trafegam pela via interna, com direção a Via N-1 da Esplanada dos Ministérios.	2 (um/dia alternado)
				Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da cancela	

	vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10		Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem /edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Entrada e saída do edifício pelo 1º Subsolo /Garagem (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da entrada e saída de pessoas e materiais no edifício, pelo 1º Subsolo, proveniente ou na direção da garagem, bem como para gerenciar a abertura e fechamento do portão de cargas para entrada de materiais.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, no período diurno.	2 (um/dia alternado)
3	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 44 horas semanais diurnas , envolvendo 1 (um) vigilante - CBO 5103-10	01	Restaurante	Prestar vigilância no âmbito do Restaurante, principalmente para que a clientela externa não entre no edifício pela porta de entrada da clientela interna (servidores, colaboradores e terceirizados).	1 (diariamente)
4	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze)	05	Portaria Principal (2 postos)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	4 (um/dia alternado)
			Portaria Privativa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2	Necessário para controle e vigilância, no período noturno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem	2 (um/dia alternado)

	x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10		(1 posto)	/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, no período noturno até o momento que essa unidade estiver em atividade. Após auxiliar nos demais postos noturnos.	2 (um/dia alternado)
	Total de Postos de Serviços	15	Total de Funcionários		28

Na planilha abaixo é discriminada a jornada de trabalho diária, inclusive com a identificação dos intervalos intra e inter jornada.

VIGILANTES									
DIURNO – ESCALA 12/36 HS					NOTURNO - ESCALA 12/36 HS				
LOCAL DO POSTO	POSTOS	VIGILANTE DIURNO JORNADA	INTRAJORNADA	INTER JORNADA		POSTOS	VIGILANTE NOTURNO JORNADA	INTRAJORNADA	INTER JORNADA
PORTARIA CENTRAL	POSTO 1	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 10	19:00 – 07:00 HS	21:00 – 22:00 HS	36HS
	POSTO 2	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					
PORTARIA PRIVATIVA	POSTO 3	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 11	19:00 – 07:00 HS	22:00 – 23:00 HS	36HS
	POSTO 4	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					
GARAGEM SUBSOLO	POSTO 5	07:00 – 19:00 HS	11:00 – 12:00 HS	36HS		POSTO 12	19:00 – 07:00 HS	23:00 – 24:00 HS	36HS
	POSTO 6	07:00 – 19:00 HS	12:00 – 13:00 HS	36HS					
GABINETE MME	POSTO 7	09:00 – 21:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
GUARITA INTERNA VIA N-2	POSTO 8	07:00 – 19:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
GUARITA EXTERNA RAMPA	POSTO 9	07:00 – 19:00 HS	13:00 – 14:00 HS	36HS					
1 Posto DIURNO – ESCALA 44 HS SEMANAIS									
Restaurante	Posto 13	SEGUNDA A QUINTA-FEIRA 08:00 – 18:00 HS (9 hs/dia)	14:00 – 15:00 HS	14HS					
		SEXTA-FEIRA 08:00 – 17:00 HS (8 hs/dia)	11:00 – 12:00 HS	15HS					

1 POSTO DE SUPERVISOR – ESCALA DE 44 HS/SEMANAIS				
LOCAL DO POSTO	ESCALA SEMANAL	SUPERVISOR DIURNO	INTRAJORNADA	INTER JORNADA
		JORNADA		
SALA DE SEGURANÇA	SUPEVISOR 1			
	SEGUNDA A QUINTA-FEIRA	07:00 – 17:00 HS	11:00 – 12:00 HS	14HS
		(9 hs/dia)		
	SEXTA-FEIRA	07:00 – 16:00 HS	11:00 – 12:00 HS	15HS
		(8 hs/dia)		
SALA DE CFTV	SUPERVISOR 2			
	SEGUNDA A QUINTA-FEIRA	11:00 – 21:00 HS	13:00 – 14:00 HS	14HS
		(9 hs/dia)		
	SEXTA-FEIRA	11:00 – 20:00 HS	13:00 – 14:00 HS	15HS
		(8 hs/dia)		

6.1. No caso dos Supervisor e vigilantes diurno do restaurante, por conveniência administrativa será adotada a jornada de 9 hs /dia, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira de 8hs/dia, que totaliza 44 hs/semana, com compensação de 4 horas que deveriam ser exercidas no sábado. Entretanto, caso seja necessário poderá haver labor no sábado para os Supervisores, sendo carga horária reduzida nos outros dias da semana.

6.2. Cabe esclarecer que a planilha em questão, para as escalas de **intrajornada** poderão ser revistas a qualquer momento por interesse da Administração, em função da dinâmica da Instituição. Por exemplo: quando ocorre eventos nos auditórios com a participação de visitantes, cujos tempo de durações pode fazer com que as escalas predeterminadas não sejam operacionais para exercer a segurança nos locais.

Justificativa para as quantidades de Postos de Serviços a serem contratados:

6.3. A quantidade de Postos de Serviços especificados para realizar a vigilância da edificação é necessária para prover a segurança das 4 (quatro) entradas no prédio, no Gabinete do Ministro e no Ministério do Turismo, que ocupa o 2º e 3º andares, com despesas ressarcidas ao MME.

6.4. Conforme já também informado e justificado no Documento de Formalização da Demanda - DFD, o número de Agentes de Vigilância, servidores ativos do Órgão, que fazem a vigilância patrimonial conjuntamente com os terceirizados, principalmente no período noturno, estão quase todos, com exceção de apenas 2 (dois), em condições de aposentadoria, inclusive já recebendo o benefício pecuniário de "Abono de Permanência". Desta forma, estão prestes a requererem a aposentadoria ou mesmo serem aposentados compulsoriamente, pelo atingimento do limite da idade de 70 anos.

6.35. Assim, o quadro efetivo de terceirizados necessita da seguinte composição: 1 supervisores diurnos, 17 vigilantes diurnos e 10 vigilantes noturnos. Total: 28 profissionais.

6.35.1 Necessidade de **01 (um) posto de Supervisor**, com carga horária de **44 horas semanais**, distribuídas da seguinte forma: **segunda a quinta-feira, das 08h00 às 18h00, e sexta-feira, das 08h00 às 17h00.**

6.35.2 A presença desse profissional é essencial para **garantir a supervisão eficiente das atividades operacionais**, assegurando o cumprimento das diretrizes institucionais, a qualidade dos serviços prestados e a adequada coordenação das equipes. Além disso, o Supervisor desempenha um papel estratégico no monitoramento e na resolução de eventuais ocorrências, contribuindo para a **otimização dos processos, a segurança e o bom funcionamento das operações no local.**

6.35.3 Necessidade de **01 (um) posto de vigilante diurno**, com carga horária de **44 horas semanais**, distribuídas da seguinte forma: **segunda a quinta-feira, das 08h00 às 18h00, e sexta-feira, das 08h00 às 17h00.**

6.35.4 A necessidade desse posto justifica-se pela **demandas de vigilância e controle de acesso** no âmbito do restaurante. Especificamente, a presença do vigilante é essencial para garantir que **apenas o público autorizado utilize a entrada destinada a servidores, colaboradores e terceirizados**, evitando a circulação indevida da clientela externa pelo acesso interno.

6.35.5 Essa medida visa **preservar a organização do fluxo de pessoas, reforçar a segurança patrimonial e coibir eventuais riscos**, como acessos não autorizados e situações que possam comprometer o funcionamento adequado do espaço. Além disso, a vigilância contribui para o cumprimento das normas institucionais e para a **manutenção da ordem e segurança dos frequentadores do restaurante.**

7. Levantamento de Mercado

Levantamento de Mercado

7.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **vigilância desarmada de arma letal**, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de **vigilante e supervisor**, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília /DF, feitas anteriormente pela Administração, seja pela diversidade de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades do Órgão.

7.2 Uma vez tratar-se basicamente na alocação, pela empresa contratada, de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que as contratações de vigilância desarmada não possuem exigências ou especialidades que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades. Isso porque os requisitos e competências requeridos para o desempenho das funções são localizados com certa facilidade na mão de obra disponível no mercado de trabalho.

7.3 Para tanto, conforme quadro a seguir, observa-se que vários órgãos adotam a mesma estratégia de contratação para prestação de serviços de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra:

Contratos Similares	Empresas	Data de Homologação
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq PE Nº 11/2024	VIPPIM Segurança e Vigilância LTDA CNPJ: 11.349.160/0001-67	05/12/2024 10:08:49
MINISTÉRIO DA CULTURA SECRETARIA EXECUTIVA/MINC PE Nº 06/2024	VIPPIM Segurança e Vigilância LTDA CNPJ: 11.349.160/0001-67	30/12/2024 13:11:31
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL- RO PE Nº 03/2024	BELEM RIO SEGURANCA LTDA CNPJ: 17.433.496/0002-70	10/10/2024 10:36:48
INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA RJ PE Nº 10/2024	RIOFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA CNPJ 17.324.127/0001-69	09/07/2024 11:52:19

7.4 Visto que a natureza do objeto a ser contratado é **comum**, nos termos do Inciso XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, podendo assim ser objetivamente definidos neste ETP.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

8. Descrição da solução como um todo

8.1 O **quadro com soluções de mercado**, que melhor se coaduna com a necessidade do órgão na atualidade é a prestação dos serviços por **postos de trabalhos**, embora existam no mercado outras soluções para a realização de vigilância orgânica patrimonial predial, por exemplo, por metragem, com a utilização da tecnologia de informação ficando a cargo da contratada dimensionar a equipe de trabalhadores em função da necessidade. Entretanto, conforme pesquisas nos outros ministérios tal metodologia ainda não foi implantada, obstante o antigo MPDG, atual MGI tenha tentado em 2018 avançar nessa metodologia, onde foi escolhido este MME, como piloto, dado que é um dos poucos que se utiliza de vigilância desarmada, de arma letal, mas infelizmente o projeto não avançou.

8.2. A **descrição da solução como um todo** para a prestação de serviços de vigilância desarmada de arma letal, patrimonial, diuturnamente (períodos diurno e noturno), de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de vigilante e supervisor, em lote único, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF,

a serem executados na edificação guarnecida, na forma de Postos de Trabalhos (Postos de Serviços), conforme preconiza a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, de 25 de maio de 2017, cujos quantitativos, jornadas de trabalho e categorias dos profissionais estão dispostos na tabela abaixo é a melhor que se adequa ao Órgão no momento, obstante haver outras metodologias focadas em tecnologia ou metragem predial.

Dos Serviços

8.3 Os serviços de vigilância desarmada serão realizados com base em Postos previamente estabelecidos pela Administração, os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos restritos limites estabelecidos pela norma em vigor.

8.4. As instruções, normas ou procedimentos serão emitidos exclusivamente pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, Secretário-Executivo, Ministro de Estado ou por autoridade por eles designadas.

8.5. Na medida do possível será introduzido posto de vigilância feminino na equipe de vigilância predial.

Instruções básicas:

8.6 Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;

8.7 Permitir o ingresso e acesso às instalações do Ministério, somente de pessoas, vestidas adequadamente, identificadas e autorizadas expressa e previamente por autoridade competente do órgão ou servidor/colaborador perfeitamente identificado;

8.8 Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, hora de saída e retorno, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

8.9 Repassar para a(os) vigilante(s) que estiver(em) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventuais anormalidades observadas nas instalações e suas imediações;

8.10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio (Livro de Ocorrências) o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação, horários de entrada e saída, e tarefa a executar;

8.11. Proibir, em todas as unidades, o ingresso de cobradores, vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações do MME, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela administração ou representante desta;

8.12 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

8.13 Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

8.14. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

8.15 Executar a(s) rondas(s) conforme os horários e orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

8.16 Ao final de cada expediente e aos finais de semana, verificar se todas as janelas e portas da imediação de cada posto e áreas externas foram fechadas pelos servidores e, em caso contrário, providenciar o fechamento e registro da ocorrência no Livro de Ocorrências e, repassar, diariamente, os números das salas ao Chefe da Segurança;

8.17. Os vigilantes deverão estar munidos de armamento não letal, do tipo espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel (spray de defesa de gás de pimenta, extra forte, 110 ml), que somente será acionado em última instância, quando em autodefesa ou quando necessário

para dispersar invasões de manifestantes ao edifício, que coloquem em risco o patrimônio, após ter sido esgotadas todas tentativas de negociação, mediante ordem do supervisor ou autoridade superior, cujo prazo para serem fornecidos será de até 5(cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

8.18. Garantir a integridade física dos servidores do Ministério de Minas e Energia, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, a qualquer hora, no âmbito de trabalho;

8.19. Assegurar a integridade do acervo patrimonial do Ministério, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público;

8.20. Acionar os dispositivos de segurança, bem como os Brigadistas de Incêndio, em casos de incêndio e qualquer fato, ocorrência ou fenômeno que coloquem em risco os servidores, os serviços, o patrimônio e a instituição com um todo, dando imediato conhecimento à Administração;

8.21. Acionar a Polícia Militar do Distrito Federal, por telefone ou aplicativo, quando da ocorrência de manifestações, que podem resultar em invasões de manifestantes, que coloquem em risco a integridade da edificação e de pessoas;

8.22. Acionar a Polícia Federal quando de invasão de manifestantes a edificação e que necessitam serem reprimidos ou retirados.

Requisitos Básicos

8.23 Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para prestação dos serviços de vigilância deverão atender os seguintes requisitos:

8.23.1 Ter idade mínima de 21 anos;

8.23.2 Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

8.23.3 Ter instrução correspondente ao quinto ano do ensino fundamental, conforme Inciso III, Art. 150 s Portaria nº 18.045/2023 -DG/DPF;

8.23.4 Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

8.23.5 Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

8.23.6 Apresentar certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição dos setores de distribuição do foro criminal da justiça federal do Distrito Federal;

8.23.7 Comprovação de não ter antecedentes criminais na Polícia Federal e da Polícia do Distrito Federal;

Dos Postos de Serviço

8.24. Os Postos de Serviço, de conformidade com o ANEXO VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA da IN Nº 052/2017 da SESP/MPDG, de 25 de maio de 2017, serão localizados no âmbito do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, nas dependências ocupadas pelo Ministério de Minas e Energia e nas comuns compartilhadas com o Ministério do Turismo, em Brasília-DF, de acordo com a tabela abaixo, constando a categoria, quantidade, localização e justificativa:

Postos de Serviço					
Item	Categoria	Qdade	Localização	Justificativa	Qdade de funcionários
1	Supervisor, turno diurno , desarmado de arma letal, com jornada	01	Sala da Segurança e Sala de Monitoramento	Necessário para supervisionar os Postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa, e Sala de Monitoramento de	1 (diariamente/

	de trabalho de 44 hs semanais - CBO 5103- 10		(1 posto) Térreo	Vigilância Eletrônica e demais atribuições relacionadas neste TR, com jornadas compreendidas no período de 7 às 21:30 hs.	intercalados)
			Portaria Principal (2 postos) Térreo	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	4 (dois/dia alternado)
			Portaria Privativa Térreo (2 postos)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	4 (dois/dia alternado)
			Guarita Externa na Entrada /Saída da Garagem - rampa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno , da <u>cancela da rampa</u> de acesso a garagem e via interna de veículos provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e/ou com direção a Via N-2 (eds. Anexos), bem como no sentido inverso, de veículos que deixam a garagem e/ou que trafegam pela via interna, com direção a Via N-1 da Esplanada dos Ministérios.	2 (um/dia alternado)
2	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	08	Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garage; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Entrada e saída do edifício pelo 1º Subsolo /Garagem (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período diurno , da entrada e saída de pessoas e materiais no edifício, pelo 1º Subsolo, proveniente ou na direção da garagem, bem como para gerenciar a abertura e fechamento do portão de cargas para entrada de materiais.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro no período diurno	

3	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 44 horas semanais diurnas , de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante - CBO 5103-10	01	Restaurante	Prestar vigilância no âmbito do Restaurante, principalmente para que a clientela externa não entre no edifício pela porta de entrada da clientela interna (servidores, colaboradores e terceirizados).	01
4	Posto de Vigilante , desarmado de arma letal, com escala de trabalho de 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas - CBO 5103-10	05	Portaria Principal (2 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pela Portaria Principal e demais atribuições relacionadas neste TR.	2 (um/dia alternado)
			Portaria Privativa (1 posto)	Necessário para o controle e vigilância, no período noturno , da porta de entrada e saída de autoridades ao edifício pela Portaria Privativa, dar suporte aos Ministros do MME e MTur até suas salas pelo elevador privativo e demais atribuições relacionadas neste TR	2 (um/dia alternado)
			Guarita Interna na Garagem - Via N-2 (1 posto)	Necessário para controle e vigilância, no período noturno , da cancela interna e portões de acesso e saída de veículos para as vagas privativas da garagem e estacionamento externo, provenientes da Via N-1 da Esplanada dos Ministérios e Via N-2 (eds. Anexos); controle e vigilância de acesso de servidores a garagem/edifício pelo portão de pedestre interno situado na garagem; controle e vigilância de trânsito de veículos e de pessoas pela via interna da garagem.	2 (um/dia alternado)
			Gabinete do Ministro - 8º andar (1 posto)	Prestar vigilância ao Gabinete do Ministro, até o momento que essa unidade estiver em atividade. Após auxiliar nos demais postos noturnos.	2 (um/dia alternado)
	Total de Postos de Serviços	15	Total de Funcionários		28

8.25. O posto de supervisor tem a finalidade de coordenar e acompanhar as atividades dos vigilantes e vigilância eletrônica.

8.26. Os postos distribuídos nas portarias têm a finalidade de controlar a entrada e saída de pessoas, de materiais e realizar rondas nas instalações do edifício.

8.27. Os postos distribuídos na garagem, além de outras atribuições inerentes, deverão fiscalizar a entrada e saída de veículos, bem como de materiais e pessoas.

8.28. O posto no 1º Subsolo tem como objetivo fiscalizar o local, bem como dar apoio aos demais postos que realizam rondas ostensivas e fazem a segurança dos eventos nos auditórios e em outros locais.

Das Atribuições dos Vigilantes

Do Supervisor:

- Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
- Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, ao Fiscal do Contrato, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Manter afixado no posto, em local visível o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;
- Comunicar ao setor de segurança do CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do MME;
- Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- Comunicar a Rádio Patrulha da PM, pelo telefone 190 e ao Chefe de Administração local, quando houver formação de aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, depredação ou invasão dos prédios;
- Promover inspeções e rondas com os vigilantes nas áreas internas e na área perimetral sob custódia, com o objetivo de impedir incursões, danos materiais à propriedade e instalações do CONTRATANTE (área perimetral é o espaço físico a céu aberto, delimitado por um afastamento de 5 metros da edificação principal, todo o estacionamento norte (visto que é sobre a laje da garagem) e o estacionamento externo da garagem, que faz divisa com a via N-2;
- Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
- Coordenar as atividades dos vigilantes de acordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato designado nos termos da legislação em vigor;
- Proceder, diariamente, nos dias úteis, feriados e finais de semana, a inspeção nos postos de serviços.
- Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE, por locais que não aqueles previamente determinados;
- Promover o recolhimento de quaisquer objetos e valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando a imediata remessa à Fiscalização do Contrato;
- Fornecer aos empregados da CONTRATADA, as constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- Fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto uso do espargidor/spray de pimenta;
- Providenciar a imediata substituição do aspargidores de pimenta defeituosos, danificados ou descarregados, verificando sempre a sua validade;
- Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
- Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
- Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;
- Inspeccionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);
- Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes, que deverá ser cortês com os visitantes e servidores do MME/MTur;
- Passar ao CONTRATANTE e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;
- Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância;
- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato;
- Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;
- Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
- Operar a Central de Monitoramento de Segurança de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) instalada no Órgão para subsidiar o trabalho de vigilância.

Dos Vigilantes

- Ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pelo Supervisor;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida;
- Permitir o ingresso, nas instalações físicas do CONTRATANTE somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares nas áreas internas;
- Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho nos feriados e nos finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, conforme Norma Operacional do CONTRATANTE;
- Proibir o ingresso de vendedores e ambulantes às instalações, sem que estes estejam devidamente autorizados pelo CONTRATANTE ou responsável;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, notificando o fato ao Supervisor, que deverá comunicar ao CONTRATANTE, no caso de desobediência;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos, tendo atenção especial quanto aos objetos de pequeno porte;
- Executar rondas diárias conforme a orientação recebida do Fiscal do Contrato preposto do CONTRATANTE, através do seu supervisor, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;
- Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, calçados engraxados, barbeado, cabelos e unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao exercício da função, com 15 (quinze) minutos de antecedência, portando o material necessário à execução dos serviços, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel e outros específicos ao desempenho do trabalho, principalmente o livro de ocorrência e rádio HT;
- Verificar, após o expediente, se as portas e janelas estão bem fechadas, bem como, verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções ao contrário;
- Registrar a permanência de pessoas nas repartições após o horário normal de expediente;
- Deixar iluminado, após o expediente, nos pontos predeterminados, os andares térreos dos prédios, bem como verificar se todas as demais luzes dos prédios estão apagadas;
- Verificar por ocasião das vistorias regulares no prédio a existência de objetos suspeitos (pacotes, embrulhos, etc.) abandonados e, uma vez considerado suspeito, adotar medidas preventivas de segurança recomendada pela norma estabelecida;
- Efetuar vistoria no prédio, quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando as irregularidades ocorridas, que deverão ser anotadas no Livro de Ocorrências, entregando-lhe as chaves confiadas;
- Impedir o ingresso de pessoas, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pelo CONTRATANTE, bem como vendedores, compradores, pedintes e angariadores de donativos;
- Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa, masculina ou feminina, em traje incompatível com o ambiente de trabalho;
- Não permitir, sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da autoridade competente, salvo aqueles amparados pela legislação, como cão guia para deficientes visuais, etc.;
- Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação do seu Supervisor, quando então avaliará a possibilidade de acesso ou o imediato encaminhamento para avaliação policial ou médica, se for o caso, ouvido o Fiscal do Contrato;
- Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do Supervisor da Segurança;
- Não permitir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes sejam feitos a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;
- Atentar para que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-las, quando for o caso, no embarque e desembarque de viaturas;

- Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do Ministério;
- Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, etc., sem a prévia autorização do CONTRATANTE;
- Controlar fluxo de carros e pedestres aos acessos de entrada e saída da garagem;
- Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes à CONTRATANTE, sem a devida autorização;
- Identificar e registrar a entrada de servidores nas dependências dos edifícios do CONTRATANTE fora do horário de expediente, exigindo-lhes prévia e expressa autorização para o ingresso, e dentro do horário de acordo com as normas internas;
- Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
- Repassar para os vigilantes que estão assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;
- Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceirizados não autorizados;
- Comunicar, imediatamente, ao Supervisor sempre que constatada a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio. Nos finais de semana e feriados a comunicação será feita via telefone fixo, celular ou rádio;
- Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
- Impedir o acesso de pessoas que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou expressa do CONTRATANTE;
- Acompanhar, de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores da vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao Supervisor de Segurança e ao Fiscal do Contrato, qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo o termo, em livro próprio, qualquer ocorrência verificada no turno;
- Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s), ou outro(s) assemelhado(s); nos casos em que o portador ofereça resistência, exibir o conteúdo do(s) mesmo(s), ocorrência que será imediatamente levada ao conhecimento do Supervisor da Segurança/Fiscal do Contrato;
- Acompanhar o Ministro de Estado no uso do elevador privativo, inclusive acionando os controles de operação do equipamento;
- A retirada e/ou transporte de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio do MME, para fora das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação da "Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo", devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente, autorização essa que deverá conter, indispensável, a discriminação do bem, o destino, data de retorno e o número do tombamento, no caso de bem patrimonial;
- O procedimento de retirada deverá ser supervisionado pelo Supervisor da Segurança ou Vigilante que por ele a ser designado, devendo uma via da "Autorização" ficar retida junto ao serviço de Segurança;
- O(s) bem(s) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, conduzido(s) pelo respectivo proprietário, uma vez comprovada a posse, somente terá(ao) permissão de acesso às dependências do MME, após submetido(s) à verificação/avaliação do Supervisor de Segurança, condição essencial para que seja concedida, inclusive a necessária autorização de saída;
- O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver(em) acesso às dependências do MME, e, dessa forma vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) mala(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outros, o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, assim procedendo, submeta(m) - se à verificação do Supervisor da Segurança ou do vigilante designado.

8.29. Compete ao Supervisor da CONTRATADA acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade do MME, venham a deixar as dependências do MME/MTur.

8.30. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato entre a empresa adjudicada, após a homologação do processo licitatório, e o órgão Contratante.

DEFINIÇÃO DE SALÁRIO BASE E VALE ALIMENTAÇÃO

8.31. Para categoria de **Vigilante Supervisor, Vigilante - Diurno 44 hs** e para a cargo de **Vigilante Diurno e Noturno 12 /36** em relação à elaboração da planilha de composição de custos e formação de preço, a Administração utilizou como referência a Convenção Coletiva de Trabalho DF000333/2024, registrada no MTE em 06/06/2024.

8.32. O salário será o do piso salarial da respectiva categoria profissional, tendo como referência a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, firmada entre o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal - SINDESV-DF e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal - SINDESP-DF.

8.33. Somente serão aceitas propostas em que na planilha de custos e formação de preços, **conste os valores dos salários e do benefício de auxílio Alimentação iguais ou superiores** aos abaixo informado:

- Benefício-Auxílio alimentação - R\$ 47,37/dia trabalhado
- Salários por categoria:
 - Vigilante Supervisor (CBO 5103-10): R\$ 3.266,67
 - Vigilante -Diurno e Noturno 12/36 hs - (CBO 5103-10): R\$ 2.723,41
 - Vigilante - Diurno 44 hs CBO 5103-10): R\$ 2.723,41

8.34. Tais valores acima estabelecidos estão em conformidade com os ditames do Acórdão 1207/2024. – Plenário – TCU.

"9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação..."

8.35. Além disso, está em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que, em seu Art. 5º, estabelece:

"Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação".

8.36. Ademais, atende aos requisitos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, que estabelece:

"§ 1º Dentre os custos estimados na planilha de custos e formação de preços, o órgão ou entidade indicará os custos unitários mínimos relevantes, que deverão ser observados nas propostas de preços.

§ 2º Consideram-se custos unitários mínimos relevantes:

- I - valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais;*
- II - valores de auxílio-alimentação; e*
- III - benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral."*

Materiais e equipamentos

8.37 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Equipamentos Básicos para Desenvolvimento das Atividades - anual			
Item	Descrição	Unid	Qdade
	Aparelho de radiocomunicação, do tipo <i>walk talk</i> , com níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo de 10 km na transmissão, nível profissional, acompanhado de baterias carregáveis e carregador ou aluguel mensal junto a uma operadora.		

1	<p><u>JUSTIFICATIVA:</u></p> <p>O Ministério de Minas e Energia (MME) requer que os rádios disponibilizados para os vigilantes possuam potência suficiente para garantir conexão até o 2º subsolo, localizado a aproximadamente -9 metros do nível do térreo (onde está situada a sala de comando). Além disso, é necessário que esses rádios possibilitem cobertura em toda a Esplanada dos Ministérios, a fim de detectar e antecipar movimentos de manifestações sociais. Essas manifestações, muitas vezes, podem ter como alvo o Ministério de Minas e Energia devido às suas atribuições institucionais nas áreas de energia, petróleo e mineração, que têm conexão direta com tais eventos.</p> <p>Portanto, será aceitável o fornecimento dos rádios mencionados, desde que atendam a essas especificações. Após a assinatura do contrato, os equipamentos serão submetidos a testes para garantir que atendam às condições mencionadas anteriormente.</p>	Unid	8	
2	Lanternas Vigilight ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55 W, tensão de carregador 110 V/ 220 V, peso máximo de 3,6 Kg.	Unid	5	
3	Espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC) de até 70g, em solução (líquido), espuma ou gel (spray de defesa de gás de pimenta, extraforte, 110 ml), previsão anual.	Unid	24	
<p align="center">Material de Consumo</p>				
Item	Especificações	Unid	Quantidade	
			Mensal	Anual
1	Livro para anotações de ocorrências, capa dura, contendo 100 folhas pautadas cada.	Unid	1	12
2	Canetas esferográficas, com caixa com 50 unidades	Cx	0,5	6
3	Resma de Papel branco, com 100 folhas	Resma	2	24
4	Bloco de Rascunho tamanho ofício, 50 folhas, sem pauta	Unid	10	120

DOS UNIFORMES

8.38. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

8.39 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário especificadas, quantificadas e periodicidade dispostas na tabela abaixo:

Uniforme para o Vigilante e Supervisor						
			Quantidade/Funcionário			Qdade Total Geral
					Total	

Item	Especificações	Un	1º mês	6º mês	Anual Por Func.	Anual (x28)
1	Paletó, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade.	un	2	2	4	112
2	Calça social, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente no cóis, de boa qualidade.	un	3	3	6	168
3	Camisa, manga longa/curta, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade.	un	5	5	10	280
4	Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	par	2	2	4	112
5	Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade.	un	2	2	4	112
6	Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade.	un	1	1	2	56
7	Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástico, cor preta, de boa qualidade.	par	4	4	8	224
8	Capa de chuva	un	1	1	2	56
9	Crachá de identificação	un	1	1	2	28

Justificativa para os quantitativos e características de uniformes:

8.40. O fornecimento de uniformes é previsto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - USO E FORNECIMENTO DO UNIFORME, da CCT da categoria.

8.41. As especificações e quantidades anuais de uniformes a serem fornecidas pela empresa contratada derivam de a necessidade dos prestadores de serviços estarem condizentes com a função o período todo do expediente;

8.42. Foram planejados considerando as experiências anteriores desses serviços no Órgão, as diretrizes e recomendações da fiscalização do contrato anterior, que no dia a dia dos serviços, avalia as aparências dos funcionários da empresa;

8.43. Além de que, rotineiramente, alguns Vigilantes irão prestar os serviços diretamente para as autoridades máximas do Órgão (Ministro e Secretário Executivo), razão pela qual necessitam estarem com suas vestimentas em perfeitas condições de uso e de aparência;

8.44. Desta forma, as quantidades foram previstas para possibilitar que os trajes usados tenham tempo de serem higienizados e haja a disponibilização de outros para serem utilizados no período logo a seguir, bem como possam ter vida útil de seis meses;

8.45 A Contratada deverá fornecer os uniformes entregando-os nas dependências do Contratante, em local a ser definido pelo Fiscal do Contrato;

8.46 A Contratada deverá entregar o uniforme completo aos profissionais mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada ao Contratante;

8.47. O custo dos uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigida a devolução dos uniformes usados quando proceder à entrega das novas unidades, ficando à critério da empresa contratada requerer a devolução dos mesmos no encerramento do Contrato. A Contratada deverá orientar o profissional quanto à responsabilidade pelo zelo, higienização e conservação dos uniformes fornecidos

8.48. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos estabelecidos na tabela acima e que serão conferidos pela Fiscalização previamente, com a apresentação de amostras por parte da Contratada;

8.49. Deverão ser fornecidos 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato e 2 (dois) conjuntos completos após transcorridos 06 (seis) meses de contrato, totalizando 4(quatro) por ano ou eventualmente no caso de haver a necessidade de substituição por danificação/avaria alheia a responsabilidade do empregado durante a execução do serviço;

8.50. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

8.51. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$):R\$ 9.702.489,60 (nove milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)

ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA								
Lote	Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade		Valor de Referencia	
					Posto (a)	Vigilante (b)	Unit. Posto (c)	Total (d)=(c)x(a)
ÚNICO	1	Posto de supervisor, diurno, desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 44 horas semanais - CBO 5103-10	23507	Posto	1	1	R\$11.364,68	R\$11.364,68
	2	Vigilante, diurno, desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12/36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23949	Posto	8	16	R\$18.418,08	R\$147.344,64
	3	Vigilante, diurno, desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 44 horas semanais, envolvendo 1 (um) vigilante - CBO 5103-10	23507	Posto	1	1	R\$9.786,38	R\$9.786,38
	4	Vigilante, noturno, desarmado, de arma letal, com jornada de trabalho de 12 /36 horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes - CBO 5103-10	23957	Posto	5	10	R\$20.230,58	R\$ 101.017,90
	Soma Total				15	28		
	Total Mensal							R\$269.513,90
	Total 36 Meses							R\$9.702.489,60

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Por se tratar da prestação de serviços de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, o parcelamento não se aplica, pois não haveria sentido em contratar mais de uma prestadora de serviço para atuar no mesmo ambiente e com a mesma finalidade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Esse objeto não exige contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretendida contratação encontra-se prevista no Plano Contratação Anual para o exercício de 2025, conforme ID nº 320004-260/2025, do detalhado documento Plano de Contratação anual 2025.

13. Resultados Pretendidos

13.1. Os Resultados Pretendidos com a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada (de arma letal) é que sejam disponibilizados serviços eficientes e eficazes de vigilância, do patrimônio público (imóvel, instalações físicas internas, equipamentos e acervo documental), bem como para a integridade do servidor e do público em geral, ao menor custo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Para a execução dos serviços, em aspectos gerais, atinentes à sustentabilidade ambiental, a contratada deverá observar e adotar as normas federais, e no que couber, obedecer aos critérios contidos na Instrução Normativa SLTI /MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores;

14.2 Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento /capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

14.3 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

14.4. É dever da contratada o aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

14.5. Durante a execução do contrato adotar as práticas para tratamento dos resíduos sólidos do Plano de Gerência de Resíduos Sólidos do MME: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-participativo-e-gestao-de-riscos/o-que-e/plano-diretor-delogistica-sustentavel/pls-2024-2028.pdf>

14.6. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

14.7 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que forem causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

14.8 A CONTRATADA deverá orientar seus funcionários, sobre a redução de consumo de papel, de energia elétrica, de água e educação de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

14.9 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

14.10 O Ministério de Minas e Energia com o propósito de contribuir com a implementação de políticas públicas voltadas a utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e sua preservação, recomenda ações mínimas, a serem adotadas pela CONTRATADA, conforme abaixo:

14.10.1 Recomenda-se que as luzes sejam desligadas quando a ausência no recinto for superior a 15 minutos;

14.10.2 Durante horários de pouca iluminação natural, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;

14.10.3 Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas; e

14.10.4 Ao abrir ou fechar cortinas, ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar-condicionado ou aparelho equivalente;

14.11 Sendo assim, para a execução dos serviços, a contratada deverá conhecer as normas federais, estaduais e municipais, relativas a critérios e práticas de sustentabilidade adotada pelo MME, para capacitar e informar a equipe, quando couber (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>

14.12. Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento /capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

14.13 Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho conforme os normativos regulamentadores vigentes, no que couber.

14.14. Outras práticas sustentáveis poderão ser descritas oportunamente no Termo de Referência.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 As providências necessárias para viabilizar e dar sequência a este Estudo Preliminar Digital, com o objetivo de contratar uma empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de vigilância patrimonial desarmada, a serem executados de forma contínua, diuturnamente (períodos diurno e noturno), com dedicação exclusiva de mão de obra, incluem:

a) Elaboração do Termo de Referência, que servirá como base para a licitação, garantindo a definição clara dos requisitos do serviço e sua aprovação pela autoridade competente.

b) Elaboração do Edital e processamento da licitação, assegurando a transparência e a conformidade com a legislação vigente.

c) Contratação da empresa vencedora, garantindo a continuidade do serviço essencial ao Ministério de Minas e Energia, sediado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

15.2. Os recursos necessários para a execução do contrato já estão previstos no **Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão para o exercício de 2025**.

15.3. Além disso, será promovida a capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, assegurando a correta execução dos serviços.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Esta equipe de planejamento declara que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos especificações são adequados à continuidade da contratação, bem como às necessidades de fiscalização do contrato

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 567, DE 25 DE março DE 2025

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 15:36:08.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 567, DE 25 DE março DE 2025

ANTONIO RODRIGUES MONTEIRO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 15:26:56.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 567, DE 25 DE março DE 2025

MARIA JOSE SOARES MENON

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/06/2025 às 16:01:36.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 567, DE 25 DE março DE 2025

JOELMA MENDES DE MELLO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 16:49:29.